

Desafio de ampliar a poupança permanece

Katia Luane
do Rio

O sócio e economista-chefe do Banco Pactual, Marcelo Serfaty, considerou o anúncio do acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) incipiente, diante da necessidade de maior esclarecimento de como conseguir as metas já divulgadas e os reflexos das medidas que serão tomadas pelo governo brasileiro.

Serfaty questiona, por exemplo, se a meta de superávit primário entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999 será conseguida com aumento de arrecadação, em qual proporção, e quais os impactos recessivos e sociais que serão gerados. "Além disso, as medidas resultarão em real mudança no regime fiscal? Qual o montante do pacote? Como os recursos serão liberados?", coloca o economista.

Outra pergunta que ele faz é a de como o Brasil vai conduzir o jogo dos juros versus câmbio versus redução do déficit público. "Qual a taxa de câmbio de equilíbrio que será adotada diante do fato de que a li-

quidez internacional está bastante reduzida e os recursos da privatização secando?"

As duas grandes incógnitas, segundo Marcelo Serfaty, são justamente se a mudança do regime fiscal permitirá o crescimento da poupança interna e a redução da dívida real do governo e se os recursos do pacote serão suficientes para suprir as necessidades financeiras de 1998 e de 1999. "Até agora só estamos recebendo sinais. Precisamos de esclarecimentos", sublinha.

Para o sócio do Pactual, o grande desafio é conseguir sinergia entre as ações do Brasil e a convergência nacional, com a Alemanha e o G-7 participando diretamente no esforço internacional de salvamento das economias emergentes.

Para Serfaty, o Brasil encontra-se em um momento de grande importância e desafio.

"Todos os países emergentes estão de olho no Brasil, que precisa dar sinais claros de que há uma real integração desse bloco a ponto de que esses países sejam excluídos da situação vivida pela Rússia". ■